



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social – fundamentos

**A OBRA QUARTO DE DESPEJO E O SERVIÇO SOCIAL: UM CONVITE AO DIÁLOGO DA
QUESTÃO RACIAL E QUESTÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE
SOCIAL À LUZ DE CAROLINA MARIA DE JESUS**

LUMA MARCELINO CORRÊA¹

ARISTELA VIEIRA DE SOUSA²

RESUMO:

O artigo tem por objetivo propor elementos para o debate acerca do Serviço Social e da “questão social”, sob a luz da produção de Carolina Maria de Jesus em “O quarto de despejo: diário de uma favelada”. Esse diálogo demonstrou que as expressões da “questão social” no país tem a questão étnico-racial como elemento estrutural, sendo fundamental a sua interlocução com o Serviço Social.

Palavras-chave: Quarto de despejo; serviço social; “questão social”.

ABSTRACT:

The article aims to propose elements for the discussion regarding social work and the "social question," through the lens of Carolina Maria de Jesus's work in "Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada" (Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus). This dialogue demonstrated that the expressions of the "social question" in the country have the ethnic-racial issue as a structural element, making its interaction with social work essential.

Keywords: Quarto de Despejo; social work; “social question”.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Introdução

Ao realizarmos a leitura de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*³ no ano de 2020, nos impactamos. Seja pela demora em ter acesso aos escritos de Carolina Maria de Jesus, ou pela ausência dessa autora e de suas contribuições no processo formativo em Serviço Social. Carolina Maria de Jesus foi uma escritora negra, pobre e favelada, que narra sua vida na Favela do Canindé⁴ em diários que deram vida ao livro *Quarto de Despejo*.

As palavras desta autora, mulher, negra e pobre, retratam uma parte da realidade de um país invisibilizado por uma pessoa invisibilizada, que ousou desafiar a contar a sua própria história de vida, em primeira pessoa, enquanto sujeito do contexto social, econômico e cultural a qual se encontrava, reconhecendo desde aquele momento, a importância do registro de suas memórias, como forma de resistência. A autora, neste sentido, demonstra como classe, gênero e etnia são aspectos centrais da formação profissional de assistentes sociais que se relacionam com os debates da formação e também com a própria formação dos sujeitos que compõem a categoria profissional (Carvalho; Azevedo; Silva, 2022).

Carolina, neste livro, nos convida a mergulhar na realidade social da sua época de forma visceral e crítica com os detalhes específicos que somente uma mulher como ela poderia imprimir. Dessa forma, este trabalho propõe-se a trazer a contribuição de Carolina Maria de Jesus para a nossa área de conhecimento e destacar pontos urgentes para a nossa formação e exercício profissional, por meio da análise das condições sociais, econômicas e culturais relatadas por ela em seu livro, com o objetivo de conectar a narrativa desta mulher com os elementos de discussão da formação social brasileira e da “questão social”, os quais impactam, principalmente, as mulheres negras.

As mulheres negras, ademais, são em sua maioria vítimas da violência obstétrica, mortalidade materna e violência doméstica. Assim, como apontado pela campanha de 2019 do conjunto CFESS/CRESS: “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro” (CFESS, 2019). Dado que a população negra, de acordo com Gonçalves (2018), é a mesma parcela da

³ “*Quarto de Despejo: diário de uma favelada*” foi o primeiro livro de uma autora negra brasileira traduzida e acessada em mais de 40 países, tendo sua versão original proibida de ser veiculada em países africanos de língua portuguesa. Somente em 2020 sua edição e comercialização foi autorizada em Portugal, por ter sido considerado um livro que ocasionaria levantes populares nestes países, considerando as condições de vida visibilizadas por Carolina em sua obra (Baltazar, 2022).

⁴ A favela do Canindé é considerada a primeira grande favela de São Paulo, e foi desocupada em 1960 para ser construída a Marginal Tietê (Jesus, 2014).

população que, durante a institucionalização da profissão no Brasil, era objeto de caridade, uma vez ter sido considerada parte das “classes perigosas”, não aptas ao trabalho livre, enquanto sujeito social.

A obra de Carolina é atemporal e apresenta a sua realidade de forma bem sensível e verdadeira, que apesar de ter sido escrita nos meados dos anos 1960 conversa tanto com o modo de vida de muitos brasileiros nos dias de hoje. E, é relevante para podermos nos debruçar nos modos de vida da população que passa pelas salas de atendimento do Serviço Social, em seus diversos espaços sócio ocupacionais.

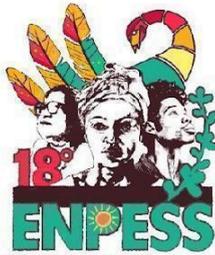
Assim, por meio dos relatos das muitas mulheres negras que buscam o Serviço Social, é possível nos aproximar desta realidade social e promover mediações necessárias para a compreensão e conexão sobre a questão racial e a “questão social”, esta última sendo colocada como objeto de intervenção da profissão, conforme preconiza as normativas profissionais.

As reflexões foram divididas em dois momentos, sendo o primeiro para realizar uma exposição sobre o pensamento de Carolina Maria de Jesus, a partir dos escritos em “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” e o segundo momento será discutido aspectos da nossa formação social brasileira, tendo como elemento central a “questão social” e a questão étnico-racial.

1. O Quarto do despejo: diário de uma favelada: reflexões para o serviço social

Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade de Sacramento no estado de Minas Gerais em 1914, vinte e seis anos após a implementação da Lei 3.353 de 1888, a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no país e lançou à miséria os trabalhadores negros, ex-cativos e na ocasião livres para viverem sob a intervenção estatal, sem nenhuma política pública de natureza reparatória ou indenizatória.

Foi criada pela mãe e pelo avô, e desde cedo trabalhava com a mãe que era empregada doméstica nas fazendas da região. Carolina continuou exercendo o trabalho da mãe em diversas cidades por onde migrava, em busca de melhores condições de vida. No entanto, o trabalho realizado por ela, na maioria das vezes, era em troca de comida. Aos trinta e três anos de idade, avistou a possibilidade de mudança para São Paulo, a oportunidade de viver com tranquilidade, porém, nesse local, acabou sofrendo uma das piores relações trabalhistas, “[...] e como catadora



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Como narra a autora,

[...] Às oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2014, p.37).

O jornalista Audálio Dantas visitou a favela do Canindé, no ano de 1955, para fazer uma matéria jornalística e ficou impressionado com a altivez da escritora que o ameaçou de denunciá-lo no livro em que escrevia. O jornalista entendeu que Carolina, a partir dos seus relatos nos diários, que ela já reconhecia como livro, denunciava a miséria e a fome que vivia. Audálio Dantas, então, auxiliou-a na edição dos seus diários para lançá-lo como uma obra literária. Assim, mesmo com a edição do livro por um jornalista que tinha interesses diferentes da autora, foi possível manter as características de denúncia social a que estão submetidos determinados setores mais pauperizados da classe trabalhadora.

A partir das vendas do seu primeiro livro, Carolina também foi residir em outro bairro e ter a sua casa que tanto sonhava, o que a inspirou a escrever outro livro chamado “Casa de Alvenaria”, no entanto, não significou a ascensão social que a escritora idealizou. A escritora, neste sentido, demonstra em seu livro a articulação do debate da realidade histórica com os fundamentos do Serviço Social, se colocando como referência para a compreensão do debate da questão racial e da “questão social”, tão relevantes para o Serviço Social.

A escritora, assim, é considerada uma pensadora indispensável para o Serviço Social brasileiro, segundo Carvalho, Azevedo e Silva (2022). Para essas autoras, as obras de Carolina são riquíssimas para a profissão discutir os seus fundamentos, relacionando-os com o debate da questão racial e “questão social”. E, pontuam a importância da categoria profissional se aproximar da realidade da classe trabalhadora relatada pelos próprios sujeitos(as), na intenção de buscar o diálogo da narrativa destes com as suas demandas postas.

Nesse sentido, debater a obra de Carolina é fundamental, porque a produção intelectual da autora parte desse lugar: é da classe trabalhadora real, de uma mulher preta e favelada, mãe e escritora, que ergueu a voz para contar sua própria história. Como a autora supracitada está inserida no momento histórico de emergência da profissão, e foi usuária do Serviço Social em alguns momentos, é possível encontrar em sua obra – fazendo as mediações necessárias – um debate que permite entender sobre os fundamentos da profissão e a questão racial e social naquele momento histórico (Carvalho; Azevedo; Silva, 2022, p.99).

De acordo com Gonçalves (2018), nesta direção, coloca-se necessário refletir a atualidade do projeto de formação profissional, que já possui como proposta um maior entendimento da formação da classe trabalhadora brasileira, considerando que ela não é um bloco homogêneo, pois, possui diversas especificidades, dentre elas a categoria cor/raça que determina as posições desses sujeitos na sociedade, e que Jesus (2014) apresenta em seu livro.

Deste modo, sob a perspectiva da totalidade social, a discussão sobre as opressões e a exploração de classe, devem ocorrer na esteira das determinações étnico-raciais, sendo estas estruturais e estruturantes das relações sociais na sociedade brasileira. E, a compreensão disto é primordial para o debate étnico-racial na formação profissional (Abepss, 2018).

Essa discussão se faz necessária pois pensar os contornos da “questão social” no Brasil desconsiderando os elementos étnico-raciais da composição da classe trabalhadora não nos permite realizar uma apreensão integral da realidade social, pois “[...] a questão étnico-racial é produto fundante do capitalismo forjada nos processos de colonização, escravidão e de constituição do capitalismo (Martins et al., 2020, p. 147)”. Portanto, pensar o Serviço Social, e seu objeto de intervenção a saber, a “questão social”, é discutir a questão étnico-racial, desde a formação à intervenção profissional.

1. O serviço social brasileiro e a questão social

As profissões nascem com o objetivo de responder a uma demanda social, que justifique o seu *que-fazer* profissional, dentro da divisão social e técnica do trabalho. No contexto da sociedade capitalista, o Serviço Social surge no Brasil, enquanto profissão, na década de 1930, com o objetivo de intervir sobre a emergente classe trabalhadora, sendo um braço do Estado e do capital, na regulação e controle dos sujeitos sociais (Iamamoto; Carvalho, 2015; Mattos, 2015).

De acordo com Raichelis (2011, p. 423),

O Serviço Social como profissão emerge na sociedade capitalista em seu estágio monopolista, contexto em que a questão social pelo seu caráter de classe, demanda do Estado mecanismos de intervenção não apenas econômicos, mas também políticos e sociais.

Sua emergência se dá com o processo de industrialização e urbanização brasileira, caracterizando o início da modernização no país. Para aprendermos as particularidades de sua atuação, é necessário que se faça um breve resgate do chão histórico que assenta o trabalho

profissional do Serviço Social em sua gênese, que não se desloca dos diversos momentos narrados por Jesus (2014) no decorrer de sua obra.

O objetivo central da atuação dos assistentes sociais era intervir sobre a “questão social”. Segundo Netto (2011), a “questão social” foi durante muitos anos um conceito utilizado pela classe burguesa, para naturalizar as desigualdades provenientes da relação entre capital e trabalho, sobretudo com o advento da I Revolução Industrial. Porém, foi-se evidenciando que mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, da capacidade da sociedade suprir suas próprias necessidades de reprodução social, havia um aumento exponencial da pobreza, inversamente proporcional ao aumento de riqueza socialmente produzida.

Essa característica, inerente do processo de produção capitalista, requer do Estado atuações mais sofisticadas na atuação junto a classe trabalhadora e a crescente pauperização da vida cotidiana, direciona a atuação das primeiras assistentes sociais do país, sob o pensamento conservador orientado pela Doutrina Social da Igreja Católica, aliada a um referencial técnico funcionalista, de coerção e controle às diversas *anomias sociais* (Corrêa, 2016).

Porém, a atuação das assistentes sociais no país se deu sob os contornos das particularidades da nossa formação social, a partir de uma relação dependente e colonial em relação às economias centrais, com um passado rememorado cotidianamente de intensa exploração de bens naturais, que ao longo do processo histórico se manifestou sob diversos ciclos produtivos, sendo eles o de pau-Brasil, ouro, borracha, algodão, café, até as manifestações mais atuais, como a soja, minérios e tantos outros diversos produtos primários (Soares, 2012).

Para além da exploração da Natureza, o sequestro e exploração de africanos escravizados foram os alicerces da fundação e do desenvolvimento do país, em que a opressão racial foi a base estruturante até o ano de 1888, mas com outras roupagens de dominação, levando em conta que a elite brasileira e o Estado buscavam formas de continuar a exploração de mão-de-obra desta população, com a perpetuação do sofrimento e desumanização da vida destes africanos e seus descendentes (Carvalho; Azevedo; Silva, 2022).

Em 1888 livres, porém, sem condições de reproduzir sua própria existência material, a população negra no Brasil foi “[expropriada] de qualquer meio de sobrevivência, e, até mesmo, do reconhecimento da sua condição de humanidade, seguiu-se a negação sob a sociedade de trabalho livre, de maneira aberta ou velada [...] (Teles; Souza, 2021, p. 52)”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Segundo González (1984, p. 224) “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo”. Desta forma, não podemos nos espantar com as falas, ora de valorização, ora de negação da pertença étnico-racial de Jesus (2014) em seu livro, pois manifesta a contradição de sujeito pertencente a população negra. Carolina sofria na pele, o tratamento conservador destinado à intervenção das expressões da questão social pelo Serviço Social, a qual condizia com as ações de caráter individual e culpabilizadora que a elite, o Estado e a Igreja dirigiam a população negra.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, novas demandas são colocadas para o trabalho do assistente social, devido ao surgimento de novas expressões da “questão social”. A partir da década de 1950, após o processo de institucionalização da profissão, uma lógica desenvolvimentista que procura estimular a industrialização no país é implementada.

Jesus (2014) narra o período da profissão da década de 1950, em que cita traços conservadores da atuação profissional, marcada pelo processo de desenvolvimento ancorada nas políticas kubitschekianas, de aceleração da economia sob o slogan de 50 anos em 5. Em questão, a classe trabalhadora, preta, pobre e periférica, foi alocada como projeto de atuação da profissão, expressando o pensamento conservador europeu que centrava na ordem social, o ajustamento/desajustamento social, integração/desintegração e aspectos biológicos do indivíduo (Iamamoto, 2013).

Em passagem do livro, Jesus (2014) narra, ao presenciar a morte de um jovem preto e periférico - por ter comido carne estragada em meio a fome - o posicionamento ético-político do Serviço Social, na época citada. Segundo a autora,

Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isto não pode ser real num país fértil igual ao meu. Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais. Vendi os ferros no Zinho e voltei para o quintal de São Paulo, a favela. (Jesus, 2014, p. 40)

O período que se seguiu tem como marcador social a ditadura civil-militar, instaurada no país a partir de 1964, provocando mudanças estruturais nos países latino-americanos, na sociedade brasileira, assim como no fazer profissional do Serviço Social. É nesse período que entra em um curso um movimento dentro da própria categoria profissional de contestação da ordem vigente, que foi o Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina, que influenciou o processo de renovação profissional no Brasil.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para Corrêa (2016, p. 53), “este movimento possibilitou a aproximação dos assistentes sociais à tradição marxista – com o caráter enviesado, pois não se recorreu às fontes originais do marxismo”. Porém, este primeiro contato com o marxismo possibilitou a construção de fundamentos para analisar a profissão sob a perspectiva marxista, implantando um elemento de modernidade à profissão e a criação de uma nova relação em seu fazer profissional.

Essa aproximação do Serviço Social ao marxismo foi sendo estreitada e a profissão foi munida ao longo dos anos de uma leitura crítica da realidade, que culminou diretamente no nosso fazer profissional, tendo como fruto no aparato jurídico, o Código de Ética de 1986, que vem como uma primeira aproximação crítica mais contundente do Serviço Social, posteriormente renovado em 1993 e a Lei 8662/1993 de regulamentação da profissão.

A criação do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) orienta a direção e o posicionamento teórico hegemônico da categoria profissional, que tem em suas bases a ruptura com o conservadorismo na profissão, em uma conjuntura sócio-histórica de fim do regime ditatorial e de articulação orgânica da categoria profissional com os movimentos sociais e sindicatos, junto da classe trabalhadora na luta por direitos sociais e pela redemocratização brasileira, ocasionando um giro profissional (Corrêa, 2016).

No aparato formativo, a entrada do Serviço Social nas universidades, o qual se guia pelas Diretrizes Curriculares de 1996⁶ da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). E, a emergência nos programas de pós-graduação, com a ampliação da produção do conhecimento dentro e para o Serviço Social, refletem em um fazer profissional relacionado às particularidades de uma forma de reprodução social amparada pelo capitalismo, sob os contornos da formação social brasileira.

A incorporação dos atravessamentos da questão étnico-racial nos aspectos formativos da profissão, ainda que venha ocorrendo de forma lenta e gradual, como demonstra Martins et al (2020), tem possibilitado nova complexificação de apreensão da “questão social” e de suas múltiplas refrações na cena contemporânea. Portanto, reverenciar os escritos da Jesus (2014) à

⁶ As Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS representa um dos pilares de materialização do nosso atual projeto profissional no plano da formação profissional, e expressa uma concepção de profissão e formação baseada na teoria social crítica que analisa a profissão inserida na dinâmica da (re)produção da vida social. As Diretrizes se organizam em três núcleos de fundamentação que se articulam entre si e atravessam toda a formação profissional, sendo estes: núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social, núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional (Corrêa, 2016).

luz da “questão social” e suas particularidades no país, enriquece o debate dentro da categoria profissional

Considerações finais

Revisitar a obra Quarto de Despejo com o olhar de assistente social é se perder em muitos elementos que se relacionam com a história da profissão, o seu significado e imagem profissional, os quais podem trazer reflexões sobre a formação dos assistentes sociais e seu exercício profissional.

O conhecimento da realidade histórica brasileira pela categoria profissional, em que se pesa o legado de escravização que assentou o capitalismo no Brasil, posto que estas marcas coloniais e racistas permanecem até os dias atuais expressas nas condições de vida da população usuária do Serviço Social.

Escritoras como Carolina Maria de Jesus nos fornecem elementos de análise das condições de vida pela própria população usuária, como sujeitos das relações sociais e não somente como objeto/usuário dos serviços e instituições em que os assistentes sociais atuam, já que o próprio PEP conclama a promoção da emancipação dos sujeitos sociais, e reconhecer o público-alvo do Serviço Social é um passo fundamental para que os profissionais possam contribuir na criação de políticas públicas em que realmente se considere necessidades reais desta população (Carvalho; Azevedo; Silva, 2022)

Neste sentido, desde o processo formativo dos assistentes sociais é necessário reconhecer a existência do racismo no país aos futuros profissionais, para o desvelamento destes dados e dos impactos a uma parcela da população usuária atendida, constituída, majoritariamente, da população negra. E, concomitantemente, parte do contingente profissional⁷ também. Se, por ventura, todos os estudantes de Serviço Social lessem o Quarto de Despejo: diário de uma favelada nas suas graduações, geraria frutos significativos no avanço da luta antirracista pela categoria profissional em um futuro próximo.

Não podemos olvidar dos esforços das entidades políticas da categoria (ABEPSS, conjunto CFESS-CRESS, ENESSO), que resistem teórica e politicamente, e vem construindo

⁷ No documento “Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional”, produzido pelo CFESS (2022), há a publicização de dados que indicam que metade dos profissionais se auto reconhecem como de cor/raça preta/negra/parda (Cfess, 2022).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

bandeiras de lutas, campanhas, mobilizações, notas públicas etc. para defesa e difusão dos valores contidos no projeto profissional, que são contra toda forma de exploração, opressão e preconceito, seja em razão do pertencimento étnico-racial, de gênero, sexualidade, classe, geração, bem como expresso no Código de Ética do/a Assistente Social de 1993 (Moreira, 2019).

Além disso, Carvalho, Azevedo e Silva (2022) materializaram no plano da formação de assistentes sociais da Universidade Federal Fluminense, no campus Rio das Ostras, uma proposta de atividade para articulação do legado de Carolina Maria de Jesus com a formação profissional em Serviço Social, por meio de encontros, mas sabemos que essa realidade não se encontra transversal em demais universidades do país, como demonstra Martins et al (2020).

Por conta disso, nos questionamos por que os cursos de formação em Serviço Social pouco exploram as diversas expressões artísticas da população usuária, que traduzem a realidade brasileira, de forma sensível e inteligível para os estudantes no processo formativo, em que se orienta pela crítica ao colonialismo e ao eurocentrismo?

O livro Quarto de Despejo: diário de uma favelada condensa muitos dos elementos abordados ao longo deste trabalho e fornece exemplos concretos para análise da formação social brasileira para o Serviço Social. Carolina Maria de Jesus, fez desta obra literária, um grito de (re)existência, pois com este livro, ela ousou sonhar uma realidade diferente da que estava submetida.

Que possamos nos dispor da *arte* para nos aproximarmos das condições concretas de vida da população que encontramos nos diversos espaços sócio ocupacionais enquanto assistente social, para estimular projetos de vida em que as relações de exploração e opressão de raça/etnia, gênero e classe, não determinem o curso fadado para estes brasileiros reproduzidos como natural, tal como Carolina se permitiu alcançar.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

_____. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 12 de abril de 2021.

Baltazar, C. G. Quarto de despejo: diário de uma favelada - de Carolina Maria de Jesus: Carolina Maria de Jesus: fome, pobreza e literatura. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 26, n. 49, p. 344–351, 2022. DOI: 10.23925/lis.v26i49.62439. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/lis/article/view/62439>. Acesso em: 30 jul. 2024.

Carvalho, C. C. ; Azevedo, L. S. ; Silva, R. R. Carolina Maria de Jesus - uma interlocutora indispensável para a formação de assistentes sociais. **Relações étnico-raciais e práxis insurgentes**[recurso eletrônico] / Rai Soares et al. (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Informativo do conjunto CFESS-CRESS – Edição nº 5** “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro!”. Brasília (DF), maio de 2019.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª Região (CRESS/RJ). Inclusão do debate racial na educação. **Revista Praxis**. Edição do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/7ª Região, ano IX, n. 100, p.11. Rio de Janeiro, mar./abr. 2018.

Corrêa, L. M. A influência e as expressões do conservadorismo no processo de formação profissional dos assistentes sociais – 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2016. Bibliografia: f. 111

Gonçalves, R. “Quando a questão racial é o nó da questão social”. **Revista Katálisis, Florianópolis**, v. 21, nº 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

Gonzales, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

Iamamoto, M. V.; Carvalho, R. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35a ed. São Paulo: Cortez, 2011.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. **Renovação e Conservadorismo no serviço social: ensaios críticos.** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Jesus, C. M. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Editora Ática, 2014.

Martins, T. C. S.; Santos, J.; Santos A. C. T.; *et al.* “QUESTÃO SOCIAL” NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: COMO COMPREENDÊ-LA SEM AS DETERMINAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS? In: MARTINS, T. C. S.; SILVA, N. F. (Orgs.). **Racismo estrutural, institucional e serviço social.** São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2020, p. 139–160.

Mattos, M. C. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, n.124, p. 678–698, 2015.

Mészáros, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

Moreira, T. W. F. “Serviço Social no combate ao racismo: reflexões a partir da experiência profissional no âmbito de um CRAS no interior paulista”. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, n.16, Brasília, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1383/1351> Acesso em: 12 de abril de 2021.

Netto, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 8a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Raichelis, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 107, p. 420–437, 2011.

Santos, J. S. “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

Santos, M. P. A. et al. População negra e covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LnkzjXxJSJFbY9LFH3WMQHv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de agosto de 2024.

Teles, H.; Souza, C.L.S. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 44–61, 2021.